

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16180 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS CECAMPES PARA A GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Melina Mörschbacher - PPGEDU/UFRGS

Giselda Siqueira da Silva Schneider - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS CECAMPES

PARA A GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A pesquisa aborda as contribuições e desafios das Instituições de Ensino Superior (IES) para a gestão da educação brasileira por meio dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes). Criados em colaboração com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os Cecampes visam fortalecer a execução, o acompanhamento e o monitoramento de programas de manutenção escolar desde 2018. A pesquisa de tese, em sua fase inicial, se ampara em estudos e legislações da política e utiliza a abordagem cognitiva de políticas públicas. A hipótese de trabalho adotada é de que os Cecampes representam espaços com potencial para aprimorar a gestão pública educacional brasileira e melhorar o desempenho de suas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Cecampe. Gestão de Políticas Educacionais. Implementação de Políticas Públicas. Monitoramento de Políticas Públicas.

A pesquisa se insere na área de estudos de políticas e gestão de processos educacionais, abordando a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) para a gestão da educação brasileira por meio dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes). Esses centros foram criados em 2018 a partir de uma colaboração entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as IES, com o objetivo de fortalecer a execução e o acompanhamento de programas de manutenção escolar.

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil é reconhecida como um direito de todos, e o FNDE tem desempenhado um papel importante na promoção de políticas de financiamento e apoio técnico para estados e municípios (Brasil, 1988). Os Cecampes foram concebidos para atuar em programas educacionais, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) (FNDE, 2020).

Em resumo, a pesquisa busca responder à seguinte questão central: como os Cecampes têm contribuído para a gestão da educação no Brasil, e quais são os principais desafios e oportunidades na sua atuação? A partir dessa questão, o estudo se propõe a desenvolver uma análise aprofundada sobre a contribuição desses centros para a melhoria da gestão educacional, considerando suas práticas, seus impactos e as percepções dos atores envolvidos.

O estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, buscando identificar as contribuições e desafios dos Cecampes. A hipótese adotada é que os Cecampe representam espaços com potencial para aprimorar a gestão pública educacional brasileira e melhorar o desempenho de suas políticas. Isto ocorre porque possuem equipes qualificadas que contribuem – por meio de ensino, pesquisa e extensão – para a atualização, formação e monitoramento continuado de gestores a partir de uma perspectiva de gestão colaborativa e democrática, ainda que sejam espaços em construção.

A pesquisa se fundamenta na abordagem cognitiva de políticas públicas, que destaca a importância dos referenciais cognitivos dos atores envolvidos (Muller; Surel, 2002). Em termos metodológicos, em sua fase inicial, está centrada na revisão bibliográfica e documental sobre os Cecampes. Esta etapa tem como objetivo mapear e analisar os principais estudos, legislações e documentos relacionados aos Cecampes e seu papel na gestão educacional brasileira.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, como o *SciELO*, o *Portal Educ@*, o *Banco de Teses e Dissertações da Capes* (BTDC) e a *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* (BDTD). Foram selecionados artigos, teses e dissertações que abordam a temática dos Cecampes e a colaboração entre o FNDE e as IES (Costa, 2022; Gomes, 2023; Gomes; Melo, 2023). Além disso, foram revisadas produções relacionadas à gestão educacional, federalismo e financiamento de políticas educacionais (Arretche, 2004; Cruz, 2011; Farenzena, 2012; Frey, 2000). A análise documental incluiu a revisão de legislações e diretrizes oficiais que fundamentam a criação e a atuação dos Cecampes (Brasil, 1988, 2009; FNDE, 2018, 2020).

Em termos de resultados iniciais destaca-se que os Cecampes foram instituídos como uma estratégia inovadora para fortalecer a gestão educacional no Brasil. Para compreender essa estratégia destacam-se alguns resultados preliminares referentes a: *legislação e marco normativo; organização regionalizada; formas de atuação; e desafios enfrentados*.

No que diz respeito à *legislação e marco normativo* destaca-se que a base legal para a criação dos Cecampes está fundamentada em diversos documentos e diretrizes do FNDE. A Constituição Federal de 1988 é o ponto de partida, estabelecendo a educação como um direito de todos e um dever do Estado (Brasil, 1988). Este princípio norteia todas as ações voltadas para a promoção da equidade e da qualidade na educação. A criação dos Cecampes foi formalizada através de resoluções específicas do FNDE. Outro documento fundamental é o Guia de Atuação dos Cecampes, publicado pelo FNDE em 2020, que fornece orientações

detalhadas sobre a missão, os objetivos e as estratégias operacionais desses centros.

No que diz respeito à *organização regionalizada*, destaca-se que os Cecampes são estabelecidos em diferentes regiões do Brasil para atender às especificidades locais. Cada região é coordenada por uma IES selecionada por meio de edital público. Esta estrutura regionalizada visa garantir que as ações dos Cecampes sejam adequadas às necessidades e características de cada região, promovendo uma gestão educacional mais eficiente e contextualizada. Atualmente, existem cinco Cecampes regionais, representados pelas seguintes IES: Universidade Federal do Pará (UFPA) no Cecampe Norte, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Cecampe Nordeste, Universidade de Brasília (UNB) no Cecampe Centro-Oeste, Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no Cecampe Sudeste e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no Cecampe Sul.

No que diz respeito às *formas de atuação* destaca-se que os Cecampes desempenham várias atividades, dentre as quais destacam-se: capacitação de gestores educacionais, monitoramento e avaliação, suporte técnico, promoção de boas práticas e pesquisa e extensão. Essas atividades são voltadas à promoção de gestões mais transparentes e eficientes que contribuem para a adoção de inovações e a melhoria contínua da gestão educacional.

Por fim, a revisão bibliográfica e documental revelou vários *desafios enfrentados* pelos Cecampes. Um dos principais é a necessidade de consolidação das práticas dos centros, garantindo que suas ações sejam sustentáveis e tenham um impacto duradouro na gestão educacional. Outro desafio é a adaptação das ações às demandas regionais específicas. Cada região do Brasil possui características socioeconômicas e culturais distintas, e os Cecampes precisam desenvolver estratégias que levem em consideração essas particularidades.

Além disso, a integração entre os diferentes níveis de governo e a colaboração eficaz entre FNDE e IES são essenciais para o sucesso dos Cecampes. A revisão documental destacou a importância de fortalecer essas parcerias para garantir que os objetivos dos programas educacionais sejam alcançados.

Os resultados preliminares indicam que os Cecampes desempenham um papel importante na melhoria da gestão educacional no Brasil. Suas ações são fundamentais para a implementação das políticas de manutenção escolar. No entanto, para que esses centros realizem todo seu potencial, é necessário enfrentar os desafios relacionados à consolidação de suas práticas e à adaptação às demandas regionais.

A continuidade da pesquisa, com a inclusão de dados empíricos e uma análise mais aprofundada das práticas dos Cecampes, será fundamental para fornecer uma compreensão mais completa de sua contribuição e dos obstáculos que precisam ser superados.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Lei 11.947, de 16 junho de 2009. Brasília, 2009.

COSTA, K. de L. **Práticas Informacionais do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão De Programas Educacionais do Nordeste**: investigando a apropriação das informações pelos participantes acerca do Programa Dinheiro Direto na Escola. 2022. 88 f. Dissertação – UFPB, João Pessoa, 2022.

CRUZ, R. E. Federalismo e Financiamento da Educação: a política do FNDE em debate. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.; CORBUCCI, P. R. (Org.). **Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

FARENZENA, N. A assistência financeira da União às políticas educacionais locais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 10, p. 105-117, 2012.

FNDE. **Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Guia de Atuação dos CECAMPEs**. Brasília, 2020.

FNDE. **Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Edital N° Convocação De Ifes/2018**. Brasília, 2018.

FREY, K. Políticas Públicas: Um Debate conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas**, Brasília, IPE, n. 21, p. 211-259, 2000.

GOMES, B. M.; MELO, A. A. de S. Os Centros Colaboradores e a Gestão Descentralizada dos Programas de Manutenção Escolar da União. **Revista Foco**, v. 16, p. 1-10, 2023.

GOMES, B. M. **O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a gestão descentralizada dos programas de manutenção escolar**: estudo comparado sobre os Centros Colaboradores das regiões Centro-Oeste e Norte. 2023. 208 f. Dissertação – UNB, Brasília, 2023.

MULLER, P.; SUREL, Y. **L'analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 2002.